



Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal de Pejuçara

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 11/2015

PREGÃO PRESENCIAL 15/2015

Aos 27 dias do mês de julho de 2015, nas dependências do Departamento de Compras, no Centro Administrativo Municipal, situado à Rua Getúlio Vargas, 597, os responsáveis pelo Órgão Gerenciador (OG), nos termos do art. 15 da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, em face da classificação das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2015, para REGISTRO DE PREÇOS, por deliberação do Pregoeiro e Equipe de apoio, homologado e publicado no Meio de Divulgação Oficial do Município em 23 de julho de 2015, resolve REGISTRAR OS PREÇOS das empresas com preços mais vantajosos, por item, observadas as condições do Edital que regeu o Pregão Presencial, aquelas enunciadas abaixo e nos itens que se seguem.

Empresas vencedoras:

EDUARDO RITA BEM EPP, com sede na Rua Irmão Francisco, nº 55, Sala 201, Bairro Humaitá, em Porto Alegre/RS, representada nesse ato, por seu proprietário, Sr. Eduardo Rita Bem, portador da cédula de identidade RG nº 5074152728 e CPF nº 018.789.330-60;

MILRAU COMÉRCIO DE ARTIGOS PEDAGÓGICOS LTDA EPP, com sede na Estrada Octavio frasca, nº 695, Bairro Belém Velho, em Porto Alegre/RS, representada nesse ato, por seu Sócio Diretor, Sr. Fábio Rauber, portador da cédula de identidade RG nº 6025799666 e CPF nº 986.309.890-68;

MATHEUS PASINATO PICININ ME, com sede na Rua São Nicolau, nº 840, Bairro Missões, em Santo Ângelo/RS, representada nesse ato, por seu proprietário, Sr. Matheus Pasinato Picinin, portador da cédula de identidade RG nº 1101313391 e CPF nº 023.882.290-73;

MARX MASUEL SELBACH ME, com sede na Travessa Jacob Selbach Júnior, nº 102, Sala A, Bairro Santa Teresinha, em Bom Princípio/RS, representada nesse ato, por seu proprietário, Sr. Marx Masuel Selbach, portador da cédula de identidade RG nº 3065870771 e CPF nº 008.088.170-00;

TERESINHA MARIA GRAEFF EPP, com sede na Rua Clemente Fernandes, nº 123, Bloco B, em São José do Inhacorá /RS, representada nesse ato, por seu representante legal, Sr. Nathan Torres Luize, portador da cédula de identidade RG nº 6109083383 e CPF nº 010.338.890-75;

PATRÍCIA M. MULLER ME, com sede na Rua Fridolino Benemann, nº 639, Sala 01, Centro, em Feliz/RS, representada nesse ato, por sua proprietária, Srs. Patrícia Marques Müller, portador da cédula de identidade RG nº 8105156973 e CPF nº 020.511.910-77;



ADM 2013 - 2016

Realizando Para Todos

Rua Getúlio Vargas, 597 Pejuçara/RS CEP: 98270-000 Caixa postal 02 Fone/Fax: 55 3377-1200 email: gabinete@pejuçara.rs.gov.br

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

ERB

[Handwritten initials]



1 – OBJETO

A presente Ata de Registro de Preços tem por objeto o registro de preços dos produtos especificados no Anexo I do Edital de PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2015, que passa a fazer parte integrante desta.

2 – VIGÊNCIA

A presente Ata de Registro de preços vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, a partir de sua assinatura.

2.1 Nos termos do art. 15 § 4º da Lei nº 8.666/93, e do art 5º do Decreto Executivo nº 1251/2011, esse Município não está obrigado a adquirir exclusivamente por intermédio da presente Ata, durante o seu período de vigência, os produtos cujos preços nela estejam registrados, podendo adotar para tanto uma licitação específica, assegurando-se, todavia, a preferência de fornecimento aos registrados, no caso de igualdade de condições.

3 – PREÇOS

Os preços ofertados pelas empresas signatárias da Presente Ata de Registro de Preços constam do Demonstrativo de Propostas Vencedoras, em anexo a esta.

4 – CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

4.1 As solicitações de fornecimento à contratada por parte dos órgãos participantes (OP) serão feitas por escrito, através de Autorização de Fornecimento (AF), preenchidos em modelo próprio (Anexo IV do Edital), datados e assinados pelos Gestores de Município, com cópia obrigatória para o OG.

4.2 As AF poderão ser entregues diretamente no escritório da contratada ou encaminhados por meios eletrônicos, com uma antecedência mínima de dois dias úteis do dia marcado para o fornecimento.

4.3 Os bens cujos fornecimentos vierem a ser contratados deverão ser entregues em até 02(dois) dias úteis após o recebimento da Autorização de Fornecimento.

4.4 Os fornecimentos deverão ser realizados de acordo com a discriminação do objeto (Anexo I do Edital), conforme solicitação da Central de Compras do Município.

4.5 Os fornecimentos serão efetuados nos dias úteis, nos horários e locais determinados pelo OP.

4.6 Dentro do prazo de vigência contratual, o fornecedor está obrigado ao fornecimento do(s) produto(s) desde que obedecidas as condições da AF, conforme previsão do Edital da Licitação que precedeu a Formalização dessa Ata.

4.7 Os produtos rejeitados, por estarem em desacordo com as especificações ou condições exigidas no contrato, deverão ser retirados nos seguintes prazos:

- a) imediatamente, se a rejeição ocorrer no ato da entrega; e
- b) em até 24 horas após a contratada ter sido devidamente notificada, caso a constatação de irregularidade seja posterior à entrega.

4.8 A recusa da contratada em atender à substituição levará à aplicação das sanções previstas por inadimplemento.





Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal de Pejuçara

4.9 O OG promoverá ampla pesquisa do mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os nele praticados, condição indispensável para a solicitação da aquisição.

5 – CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1 O Registro de determinado preço poderá ser cancelado, nas seguintes hipóteses:

- a) quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes dessa Ata de Registro de Preços;
- b) quando o fornecedor não assinar a Ata ou o Contrato quando convocado para tal, sem justificativa aceitável;
- c) quando o fornecedor não retirar a AF, no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- d) quando o fornecedor não aceitar reduzir o seu preço registrado se esse se tornar superior ao praticado no mercado;
- e) quando o fornecedor solicitar o cancelamento por escrito, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços por fato superveniente, decorrentes de caso fortuito ou força maior;

5.2 A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos nas alíneas "a)" a "e)", será formalizado em processo próprio e comunicada por correspondência, com aviso de recebimento, assegurado o contraditório e a ampla defesa no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

5.3 No caso de se tornar desconhecido o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação na Imprensa Oficial, considerando-se, assim, para todos os efeitos, cancelado o preço registrado.

6 – PENALIDADES

6.1 Atraso injustificado na entrega dos materiais: multa de 2% sobre o total indicado na Autorização de Fornecimento mais o acréscimo de 0,2% por dia útil de atraso, limitados estes a 10 (dez) dias úteis, prazo após o qual será considerado inexecução do pactuado.

6.2 inexecução parcial da obrigação: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 3 anos e multa de 4% sobre o valor correspondente ao montante não adimplido da obrigação;

6.3 inexecução total da obrigação assumida: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 anos e multa de 5% sobre o valor atualizado dos materiais registrados em ata;

6.4 causar prejuízo material resultante diretamente de execução contratual: declaração de inidoneidade cumulada com a suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 5 anos e multa de 8% sobre os materiais registrados em ata;

6.5 Verificando-se outras irregularidades na execução da obrigação, não tipificadas nos itens anteriores, poderá a Administração aplicar as demais penalidades previstas pelo art. 87 da Lei nº 8.666/93, definindo-se quanto à multa o percentual máximo de 10%, a ser dosada pela municipalidade em razão das inconformidades constatadas.

6.6 As penalidades serão registradas no cadastro da contratada, quando for o caso.



ADM 2013 - 2016

Realizando Para Todos

[Handwritten signatures and initials in blue ink]



Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal de Pejuçara

6.7 Enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta a contratada, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, não haverá o pagamento.

6.8 Nenhuma penalidade será aplicada sem a competente instrução prévia de Processo Administrativo Especial – PAE, em que seja ao licitante/contratado assegurado o pleno exercício do contraditório e da ampla defesa.

7 – FISCALIZAÇÃO

7.1 Cabe ao OP proceder a fiscalização rotineira do material recebido, quanto à quantidade, ao atendimento de todas as especificações e horários de entrega.

7.2 Os fiscais dos OP estão investidos do direito de recusar, em parte ou totalmente, o material que não satisfaça as especificações estabelecidas ou que esteja sendo entregue fora do horário preestabelecido.

7.3 As irregularidades constatadas pelos OP deverão ser comunicadas ao OG, no prazo máximo de 48 horas, para que sejam tomadas as providências necessárias para corrigi-las ou, quando for o caso, aplicadas as penalidades previstas.

8- CASOS FORTUITOS OU DE FORÇA MAIOR

8.1 Serão considerados casos fortuitos ou de força maior, para efeito de cancelamento da Ata de Registro de Preços ou não-aplicação de sanções, os inadimplementos decorrentes das situações a seguir, quando vierem a atrasar a entrega dos produtos no local onde estiver sendo executado o objeto do contrato:

- a) greve geral;
- b) calamidade pública;
- c) interrupção dos meios de transporte;
- d) condições meteorológicas excepcionalmente prejudiciais; e
- e) outros casos que se enquadrem no parágrafo único do art. 393 do Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406/2002).

8.2 Os casos acima enumerados devem ser satisfatoriamente justificados pela contratada.

8.3 Sempre que ocorrerem situações que impliquem caso fortuito ou de força maior, o fato deverá ser comunicado ao OP, até 24 horas após a ocorrência. Caso não seja cumprido este prazo, o início da ocorrência será considerado como tendo sido 24 horas antes da data de solicitação de enquadramento da ocorrência como caso fortuito ou de força maior.

9- FORO

Para a resolução de possíveis divergências entre as partes, oriundas da presente Ata, fica eleito o Foro da Comarca de Cruz Alta/RS.

Certos e ajustados, firmam a presente Ata em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, que vai assinada e ratificada na presença de 02 (duas) testemunhas,



ADM 2013 - 2016

Realizando Para Todos

(Handwritten signatures and initials in blue ink)



Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal de Pejuçara

responsabilizando-se as partes por todos os termos, para que deles decorram os esperados efeitos jurídicos.

Pejuçara, RS, 27 de julho de 2015.

Luiziana W. Wesner

Representante da OG

Eduardo Rita Bem

EDUARDO RITA BEM EPP

Milrau

MILRAU COMÉRCIO DE ARTIGOS
PEDAGÓGICOS LTDA EPP

Matheus Pasinato Picinin

MATHEUS PASINATO PICININ ME

Fernanda Becker

MARX MASUEL SELBACH ME

Patrícia M. Müller

PATRÍCIA M. MULLER ME

Teresinha Maria Graeff

TERESINHA MARIA GRAEFF EPP

Testemunhas

1

Luiziana Wesner
LUIZIANA WESNER

2

Matheus Zambra
MATEUS ZAMBRA



ADM 2013 - 2016

Realizando Para Todos